



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE SANTA MARIA EM 09.12.2016

Aos 09 dias do mês de dezembro de 2016, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Santa Maria a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada das Assistentes da Secretaria da Corregedoria, Adriana Stangler e Ceci Franzen Matte, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003762-32.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Coordenadora Elis Regina Marques Flores e pelos demais servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da última correição realizada:** 1º.09.2015

**Data de Implantação do PJe:** 24.10.2014

**Jurisdição:** Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Seca, Santa Maria, Silveira Martins, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, Toropi

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 09.12.2016**

### 2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

#### 2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
<b>Gustavo Fontoura Vieira</b>	1ª Vara do Trabalho de Santa Maria

#### 2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Santa Maria gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



## 2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Elis Regina Marques Flores	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Coordenadora (CJ1)</b>	03.12.1998
2	Clésio Alves Marchesan de Souza da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	03.11.2011
3	Jorge Alberto Rodrigues Jovasque	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>25.03.1993</b>
4	Jaderson Denardin Visentini (Em férias)	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>18.05.2007</b>
SEG	José Joaquim Boeno Ferreira (Em férias)	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>11.06.2001</b>
SEG	Mauro Cesaro Rodrigues da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>28.01.2004</b>
SEG	Vítor Antônio Pigatto	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>09.06.2005</b>
SEG	Valdmir Belchior Ferreira Molina	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>1º.07.2005</b>

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Celso Luiz Dalmolin	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>29.03.2007</b>
2	Júlio César Gottfried Freitas	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>1º.07.2008</b>
3	Patricio Marchetti	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>25.02.2009</b>



4	Stephan Bertollo Santana	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>29.11.2016</b>
---	--------------------------	--	---	-------------------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.11 e atualizado em 07.12.2016 em razão da nomeação do servidor Stephan Bertollo Santana).

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, § 2º, da Resolução nº 63/2010, do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Clésio Alves Marchesan de Souza da Silva</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	<b>3</b>
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	1	
<b>Elis Regina Marques Flores</b>	Curso ou Evento (CURS)	7	<b>7</b>
<b>Jaderson Denardin Visentini</b>	Casamento (CASA)	8	<b>43</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	33	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	2	
<b>Jorge Alberto Rodrigues Jovasque</b>	-	-	-
<b>José Joaquim Boeno Ferreira</b> (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	-	-
<b>Mauro Cesaro Rodrigues da Silva</b> (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	Dispensa Médica (DM)	1	<b>17</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	16	
<b>Valdmir Belchior Ferreira Molina</b> (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	-	-
<b>Vítor Antônio Pigatto</b> (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	Casamento (CASA)	8	<b>26</b>
	Falecimento de Pessoa da Família (FALC)	8	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	5	



	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	
--	--	---	--

Servidores Lotados na Central de Mandados			
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Celso Luiz Dalmolin</b>	-	-	-
<b>Júlio César Gottfried Freitas</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	<b>5</b>
	Dispensa do Ponto (DPON)	3	
<b>Patricio Marchetti</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	45	<b>45</b>
<b>Stephan Bertollo Santana</b>	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.11 e atualizado em 07.12.2016 para consulta referente aos dados do servidor Stephan Bertollo Santana).

## 2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correcionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. No Foro Trabalhista de Santa Maria, **as audiências foram adiadas no dia 30.06.2015**, mantido o atendimento e os serviços às partes e procuradores nos horários normais em cada Unidade. As audiências e demais rotinas das Unidades foram retomadas a partir do dia 1º.07.2015, conforme a Portaria nº 03/2015, expedida pelos Juízes Gustavo Fontoura Vieira, Marco Aurélio Barcellos Carneiro e Elizabeth Bacin Hermes.

## 2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Servidores Lotados na Central de Mandados					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Marcos Aurélio da Silva Figueiro	04.11.1998	<b>21.02.2016</b>	17 anos, 3 meses e 18 dias	Aposentadoria
2	Joeci Carrasco Reyes	26.06.2001	<b>27.06.2016</b>	15 anos e 2 dias	Aposentadoria

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 22.11 e 07.12.2016)

\* Não houve movimentação de servidores lotados Coordenadoria de Controle da Direção do Foro durante o período correcionado.

## 3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

### 3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
<b>2014</b>	840	R\$ 4.649,36	R\$ 0,00



<b>Média mensal - 2014</b>	70,00	R\$ 387,45	R\$ 0,00
<b>2015</b>	873	R\$ 4.828,97	R\$ 0,00
<b>Média mensal - 2015</b>	72,75	R\$ 402,41	R\$ 0,00
<b>Varição 2014-2015</b>	3,93%	3,86%	-
<b>2016 (até outubro)</b>	947	R\$ 5.241,67	R\$ 0,00
<b>Média mensal – 2016</b>	94,70	R\$ 524,17	R\$ 0,00
<b>Varição 2015-2016</b>	8,48%	8,55%	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 01.12.2016)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 72,75 certidões negativas por mês em 2015, média 3,93% superior à verificada no ano anterior. Em 2016, a média mensal de certidões expedidas avançou para 94,70, média 30,17% maior que em 2015. Via de regra, as certidões negativas solicitadas são feitas no momento do requerimento e entregues assim que comprovado o pagamento da GRU. A Unidade adota como procedimento para expedição da certidão a consulta à Receita Federal para conferência da correta grafia do nome da parte.

A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, os requerimentos e a guia comprovante de recolhimento de emolumentos (GRU) são arquivados na Unidade por 180 dias e, após, destruídos.

## 3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS EM PROCESSOS FÍSICOS

### 3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
<b>Reclamadas</b>	23.555 – 99,99%	1 – 0,01%	23.556
<b>Processos com reclamadas</b>	53.686 (totalmente) – 99,99%	0	53,687
	1 (parcialmente) – 0,01%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.12.2016, 18h54min)

Em observância ao disposto no § 4º do art. 41 da CPCr, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Considerando que a tramitação processual das ações distribuídas a partir do dia 24.10.2014 passou a ser feita exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), consoante disciplinado pela Portaria Conjunta TRT4 nº 6.355/2014, apenas nos processos que ainda tramitam por meio físico se faz necessária a unificação de dados cadastrais.

Segundo as informações prestadas pela Coordenadora, a unificação dos dados cadastrais das reclamadas é realizada por meio de consulta aos dados das reclamadas no sítio da Receita Federal (convênio HOD).



De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 01.12.2016, somente uma reclamada do Foro de Santa Maria encontrava-se com cadastro não unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam mais de 99,99% dos processos que tramitam no Foro.

Esses números apontam aumento de 256 novos cadastros de reclamadas no sistema inFOR na comparação com a Inspeção Correccional realizada em 1º de setembro de 2015. O número de reclamadas unificadas no cadastro aumentou de 23.358 para 23.555; já o número de reclamadas não unificadas, que em 2014 apresentava saldo zerado, hoje apresenta um cadastro por unificar.

### 3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
<b>Endereços dos Advogados</b>		7.920 – 99,97%	2 -0 03,%	7.922
<b>Processos com Endereços de Advogados</b>	<b>Reclamante</b>	53.686 (totalmente) – 99,99%	1 – 0,01%	53.687
		0 (parcialmente)		
	<b>Reclamada</b>	53.686 (totalmente) – 99,99%	0	
		1 (parcialmente) – 0,01%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.12.2016, 18h55min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 99,97% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Santa Maria encontravam-se unificados, restando apenas 2 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados se encontravam totalmente unificados em 99,99% dos processos, enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram o mesmo percentual.

Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correccional do ano de 2015, houve acréscimo de 189 novos endereços de advogados ao cadastro do sistema inFOR. Destes, apenas um endereço não foi unificado, o que elevou o saldo de cadastros por unificar de 1 para 2, no período.

### 3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
<b>Órgãos</b>	805 – 100%	0	805
<b>Processos com Órgãos</b>	7.562 – 100%	0	7.562

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.12.2016, 18h56min)

De acordo com o sistema informatizado, no dia 01.12.2016, todo o cadastro de órgãos se encontrava unificado. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correccional do ano de 2015, verifica-se que houve o acréscimo de apenas 3 novos registros, todos eles unificados.





### 3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS NO SISTEMA INFORMATIZADO

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até outubro)
Ação Anulatória	2	1	-50,00%	0
Ação Cautelar	23	1	-95,65%	0
Ação Civil Coletiva	3	0	-100,00%	0
Ação Civil Pública	13	0	-100,00%	0
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	4	0	-100,00%	0
Ação de cobrança de honorários	1	0	-100,00%	0
Ação de consignação	70	0	-100,00%	0
Ação de cumprimento	33	0	-100,00%	1
Ação de indenização	4	0	-100,00%	0
Ação declaratória	4	0	-100,00%	0
Carta de Ordem	5	0	-100,00%	0
Carta de sentença	10	1	-90,00%	2
Carta precatória	415	4	-99,04%	1
Embargos de terceiro	24	9	-62,50%	11
Habeas corpus	5	0	-100,00%	0
Habeas data	1	0	-100,00%	0
Inquérito	1	0	-100,00%	0
Mandado de segurança	3	0	-100,00%	0
Outros	11	1	-90,91%	0
Protesto	1	0	-100,00%	0
Reclamatória-ordinário	1.311	4	-99,69%	2
Reclamatória-sumaríssimo	482	0	-100,00%	0
TEE Outros	0	0	-	0
TEE ajuste de conduta MPT	8	0	-100,00%	0
TEE multa DRT	7	0	-100,00%	0
<b>TOTAL</b>	<b>2.441</b>	<b>21</b>	<b>-99,14%</b>	<b>17</b>
<b>MÉDIA POR MÊS</b>	<b>203,42</b>	<b>1,75</b>	<b>-99,14%</b>	<b>1,70</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.12.2016)



No ano de 2015, foram acrescentados 21 novos cadastros de processos físicos no Foro de Santa Maria, registrando-se uma média mensal de 1,75 cadastro. Essa média foi inferior em 99,14% em relação aos novos cadastros de 2014. Essa redução é justificada pela implantação do sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no Foro a partir de 24.10.2014, consoante já informado anteriormente no item 3.2.1. Desses 21 novos cadastros, 13 são relativos a ações incidentais sobre processos que já tramitavam por meio físico (9 embargos de terceiros, uma ação cautelar, uma carta de sentença, um agravo de instrumento e uma ação anulatória). Além disso, quatro cartas precatórias recebidas por meio físico foram cadastradas dessa forma no sistema inFOR, e as quatro reclamatórias relacionadas no quadro acima se tratam de redistribuição de processos para uma das Varas do Trabalho do Foro.

A seu turno, nos dez primeiros meses do ano de 2016, foram cadastrados 17 novos processos físicos no inFOR, registrando-se uma média mensal de 1,70, o que corresponde a uma queda de 2,86% na comparação com 2015.

### 3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados			
	Total	Dias úteis	Média/dia
<b>2014</b>	28.850	228	126,54
<b>2015</b>	18.343	224	81,89
<b>Variação 2014-2015</b>	-36,42%	-1,75%	-35,28%
<b>2016 (até outubro)</b>	14.552	190	76,59
<b>Variação 2015-2016</b>	-20,67%	-15,18%	-6,47%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.12.2016)

No ano de 2015, foram protocolizadas 18.343 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 81,89 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se uma queda de 35,28% na média de petições e documentos protocolizados. Isso porque, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Santa Maria.

Por sua vez, no período de janeiro a outubro de 2016, a média diária de protocolo de petições caiu para 76,59 (queda de 6,47%).

### 3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCr, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos (atual Coordenaria de Controle da Direção do Foro), organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Santa Maria está dividido em duas partes: em sala contígua à Coordenadoria, no primeiro piso, localizam-se os processos





arquivados nos últimos 5 anos e os processos arquivados com pendências. Os demais processos são arquivados em separado, no 2º piso, pois fazem parte do Centro Regional de Memória.

Os processos arquivados são encaminhados em lotes pelas Varas do Trabalho, os quais são conferidos pela Coordenadoria. Após, os processos são ordenados por ano e número de processo, arquivados em ordem decrescente com placa indicativa do número do lote, Vara e ano.

### 3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0011600-53.1999.5.04.0701	05.08.2016	30.09.2016	<b>63</b>
0044200-03.1994.5.04.0702	22.09.2016	17.10.2016	<b>46</b>
0109400-29.2009.5.04.0702	03.11.2016	14.11.2016	<b>18</b>
0091700-21.2001.5.04.0702	10.11.2016	21.11.2016	<b>11</b>
0030700-28.1998.5.04.0701	10.11.2016	21.11.2016	<b>11</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.12.2016)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 05 processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança dos autos nos dez dias subsequentes.

## 4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

### 4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPC/2015, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pela Coordenadora da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Santa Maria está dividida em 04 setores, e o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada 06 meses (janeiro e julho).

### 4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato da Coordenadora da Central de Mandados, a distribuição dos mandados é feita uma vez por semana, às quintas-feiras ou no dia útil subsequente. Os mandados classificados como urgente são distribuídos imediatamente, havendo prioridade no seu cumprimento em relação aos outros.



O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pela Coordenadora da Distribuição dos Feitos (atual CCDF) e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCR. A devolução dos mandados também é realizada normalmente uma vez por semana, exceto quanto aos mandados de plantão, que são devolvidos no mesmo dia do seu cumprimento.

### 4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

#### 4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
	Total	Média mensal
<b>2014</b>	2.828	235,67
<b>2015</b>	1.341	111,75
<b>Variação 2014-2015</b>	-52,58%	-52,58%
<b>2016 (até outubro)</b>	1.003	100,30
<b>Variação 2015-2016</b>	-25,21%	-10,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.12.2016)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
<b>2014</b>	116	9,67
<b>2015</b>	1.056	88,00
<b>Variação 2014-2015</b>	810,34%	810,34%
<b>2016 (até outubro)</b>	1.895	189,50
<b>Variação 2015-2016</b>	79,45%	115,34%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.12.2016)

Em 2015, a Central de Mandados de Santa Maria recebeu 2.397 mandados, sendo 1.341 de processos físicos e 1.056 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 199,75 mandados recebidos, 18,58% inferior do que a média verificada em 2014. Por sua vez, nos primeiros dez meses de 2016 foram recebidos 2.898 mandados, dos quais 1.003 de processos físicos e 1.895 de processos eletrônicos. A média geral de mandados recebidos por mês alcançou 289,80, 45,08% superior à média de 2015.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 10,25% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2016, ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos subiu 115,34% no mesmo período.



#### 4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até outubro)
<b>Busca e Apreensão</b>	56	49	-12,50%	51
<b>Citação</b>	343	108	-68,51%	137
<b>Condução de Testemunha</b>	12	6	-50,00%	2
<b>Notificação</b>	1.578	670	-57,54%	405
<b>Penhora</b>	592	314	-46,96%	361
<b>Outros</b>	269	125	-53,53%	94
<b>Total</b>	<b>2.850</b>	<b>1.272</b>	<b>-55,37%</b>	<b>1.050</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.12.2016)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até outubro)
<b>Intimação</b>	0	0	-	0
<b>Notificação</b>	58	762	1.213,79%	1.279
<b>Mandado</b>	13	254	1.853,85%	565
<b>Ofícios</b>	0	15	-	28
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>1.031</b>	<b>1.352,11%</b>	<b>1.872</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.12.2016)

Foram cumpridos 2.303 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, dos quais 1.272 oriundos de processos físicos e 1.031 de processos eletrônicos. Dessa forma, houve redução de 618 mandados cumpridos em 2015 na comparação com 2014, correspondendo a uma queda de 21,16% na média mensal de mandados cumpridos. Por sua vez, nos dez primeiros meses de 2016 a média mensal alcançou 292,20, aumento de 52,25% em relação à média de 2015.

Em relação aos tipos de diligência, nos processos físicos, a notificação foi a espécie mais frequente em 2015 (670), seguida pela penhora (314), situação que se repetiu nos 10 primeiros meses de 2016. Já nos processos eletrônicos, tanto em 2015 como em 2016, as notificações foram as mais frequentes, seguidas pelos mandados de execução.



### 4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até outubro)
<b>Busca e Apreensão</b>	7,27	7,61	4,74%	10,27
<b>Citação</b>	15,04	15,34	1,99%	19,68
<b>Condução de Testemunha</b>	13,33	15,50	16,25%	0,50
<b>Notificação</b>	8,04	9,07	12,80%	14,18
<b>Penhora</b>	28,58	34,65	21,25%	50,46
<b>Outros</b>	8,18	13,93	70,30%	26,54
<b>Prazo Médio Geral</b>	<b>13,17</b>	<b>16,37</b>	<b>24,29%</b>	<b>28,26</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.12.2016)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até outubro)
<b>Intimação</b>	-	-	-	-
<b>Notificação</b>	8,79	14,76	67,90%	15,79
<b>Mandado</b>	7,62	27,80	265,09%	33,87
<b>Ofício</b>	-	5,87	-	11,57
<b>Prazo Médio Geral</b>	<b>8,58</b>	<b>17,85</b>	<b>108,07%</b>	<b>21,18</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.12.2016)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de Santa Maria subiu 24,29% em 2015, na comparação com o ano anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado em 2015, constata-se que as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores (levando, em média, 34,65 dias), seguidas pelas conduções de testemunhas, cuja média foi de 15,50 dias. Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nas buscas e apreensões (7,61 dias). Por sua vez, os dados colhidos entre janeiro e outubro de 2016 apontam uma nova elevação do prazo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos – para 28,26 dias, o que corresponde a um avanço de 72,63%.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 17,85 dias em 2015. Dentre esses, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (27,80 dias), enquanto os ofícios são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (5,87 dias). Por sua vez, as informações colhidas nos dez primeiros meses de 2016 apontam aumento do tempo



médio para cumprimento dos mandados para 21,18 dias, lapso 18,70% superior ao verificado em 2015.

#### 4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2014		2015		2016 (até outubro)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Busca e Apreensão</b>	16	28,57%	10	20,41%	16	31,37%
<b>Citação</b>	180	52,48%	44	40,74%	63	45,99%
<b>Condução de Testemunha</b>	3	25,00%	3	50,00%	0	0,00%
<b>Notificação</b>	399	25,29%	193	28,81%	163	40,25%
<b>Penhora</b>	434	73,31%	235	74,84%	296	81,99%
<b>Outros</b>	52	19,33%	32	25,60%	37	39,36%
<b>Total Geral</b>	<b>1.084</b>	<b>38,04%</b>	<b>517</b>	<b>40,64%</b>	<b>575</b>	<b>54,76%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.12.2016)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2014		2015		2016 (até outubro)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Intimação</b>	0	-	0	-	0	-
<b>Notificação</b>	18	31,03%	403	52,89%	626	48,94%
<b>Mandado</b>	4	30,77%	181	71,26%	462	81,77%
<b>Ofício</b>	0	-	3	20,00%	10	35,71%
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>30,99%</b>	<b>587</b>	<b>56,94%</b>	<b>1.098</b>	<b>58,65%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.12.2016)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal nos últimos dois anos.

**Em relação aos processos físicos**, constatou-se que foram devolvidos 517 mandados após o decurso do prazo legal em 2015, valor correspondente a 40,64% de todos os mandados cumpridos, tendo havido aumento em relação aos dados de 2014, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 38,04% do



total de mandados cumpridos. A penhora foi a espécie de mandados com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2015 (74,84%), seguida pelas conduções de testemunhas (50%). Por sua vez, os dados parciais do ano de 2016 (janeiro a outubro) apontam novo aumento do percentual de diligências cumpridas após o prazo legal nos processos físicos (54,76%).

**Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos**, constatou-se que 587 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, o que equivale a 56,94% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “mandados” apresentam maior índice de devolução com atraso (71,26%). Nos dez primeiros meses de 2016, por sua vez, verificou-se elevação do percentual de mandados de processos judiciais eletrônicos cumpridos intempestivamente para 58,65%.

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela Central de Mandados de Santa Maria:

<b>Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)</b>				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0096100-76.2004.5.04.0701	Outros	15.10.2015	08.08.2016	<b>298</b>
0000310-18.2011.5.04.0702	Outros	14.08.2015	24.05.2016	<b>284</b>
0095800-46.2006.5.04.0701	Outros	05.03.2015	24.11.2015	<b>264</b>
0001107-23.2013.5.04.0702	Penhora	23.02.2016	18.10.2016	<b>238</b>
0000311-32.2013.5.04.0702	Penhora	11.02.2016	28.09.2016	<b>230</b>
0000098-63.2012.5.04.0701	Penhora	15.12.2015	20.07.2016	<b>218</b>
0000964-37.2013.5.04.0701	Penhora	26.11.2015	28.06.2016	<b>215</b>
0001257-75.2011.5.04.0701	Penhora	11.02.2016	08.09.2016	<b>210</b>
0001254-86.2012.5.04.0701	Penhora	17.11.2015	07.06.2016	<b>203</b>
0022800-42.2008.5.04.0701	Outros	24.11.2015	14.06.2016	<b>203</b>
0102100-97.2001.5.04.0701	Penhora	22.02.2016	05.09.2016	<b>196</b>
0000418-45.2014.5.04.0701	Penhora	15.12.2015	27.06.2016	<b>195</b>
0166000-32.1993.5.04.0702	Outros	13.10.2015	20.04.2016	<b>190</b>
0000997-58.2012.5.04.0702	Outros	26.11.2015	03.06.2016	<b>190</b>
0000098-26.2013.5.04.0702	Penhora	14.05.2015	04.11.2015	<b>174</b>
0000682-64.2011.5.04.0702	Penhora	26.11.2015	12.05.2016	<b>168</b>
0000742-66.2013.5.04.0702	Penhora	28.01.2016	12.07.2016	<b>166</b>
0000590-21.2013.5.04.0701	Penhora	24.11.2015	06.05.2016	<b>164</b>
0000590-21.2013.5.04.0701	Penhora	24.11.2015	06.05.2016	<b>164</b>
0001397-72.2012.5.04.0702	Penhora	24.11.2015	06.05.2016	<b>164</b>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0001397-72.2012.5.04.0702	Penhora	24.11.2015	06.05.2016	<b>164</b>
0000310-18.2011.5.04.0702	Outros	03.03.2015	12.08.2015	<b>162</b>
0070700-86.2006.5.04.0702	Penhora	26.05.2015	04.11.2015	<b>162</b>
0000745-84.2014.5.04.0702	Penhora	26.11.2015	06.05.2016	<b>162</b>
0013900-72.2005.5.04.0702	Penhora	29.10.2015	07.04.2016	<b>161</b>
0157400-34.2007.5.04.0701	Penhora	04.02.2016	13.07.2016	<b>160</b>
0000798-39.2012.5.04.0701	Penhora	04.02.2016	12.07.2016	<b>159</b>
0000829-85.2014.5.04.0702	Penhora	24.03.2015	28.08.2015	<b>157</b>
0000588-17.2014.5.04.0701	Penhora	24.11.2015	27.04.2016	<b>155</b>
0001283-73.2011.5.04.0701	Penhora	10.02.2015	10.07.2015	<b>150</b>
0001051-27.2012.5.04.0701	Penhora	28.08.2014	21.01.2015	<b>146</b>
0000771-56.2012.5.04.0701	Penhora	16.04.2015	08.09.2015	<b>145</b>
0029400-16.2007.5.04.0701	Penhora	11.02.2016	04.07.2016	<b>144</b>
0000596-96.2011.5.04.0701	Penhora	14.04.2015	04.09.2015	<b>143</b>
0000760-27.2012.5.04.0701	Penhora	02.09.2014	22.01.2015	<b>142</b>
0120300-11.2008.5.04.0701	Penhora	14.04.2015	31.08.2015	<b>139</b>
0000552-09.2013.5.04.0701	Penhora	14.04.2015	31.08.2015	<b>139</b>
0000058-13.2014.5.04.0701	Penhora	11.02.2016	25.06.2016	<b>135</b>
0000126-94.2013.5.04.0701	Penhora	24.11.2015	07.04.2016	<b>135</b>
0038000-60.2006.5.04.0701	Outros	14.04.2015	26.08.2015	<b>134</b>
0001170-17.2014.5.04.0701	Penhora	02.06.2016	13.10.2016	<b>133</b>
0000737-15.2011.5.04.0702	Penhora	17.03.2015	27.07.2015	<b>132</b>
0000422-79.2014.5.04.0702	Penhora	26.01.2016	06.06.2016	<b>132</b>
0000402-88.2014.5.04.0702	Penhora	24.11.2015	03.04.2016	<b>131</b>
0000276-72.2013.5.04.0702	Penhora	26.11.2015	04.04.2016	<b>130</b>
0000513-12.2013.5.04.0701	Penhora	10.11.2015	18.03.2016	<b>129</b>
0022200-52.2007.5.04.0702	Penhora	16.02.2016	23.06.2016	<b>128</b>
0001283-73.2011.5.04.0701	Penhora	01.12.2015	04.04.2016	<b>125</b>
0001316-26.2012.5.04.0702	Penhora	04.02.2016	08.06.2016	<b>125</b>
0000091-68.2012.5.04.0702	Penhora	07.04.2016	08.08.2016	<b>123</b>
0000354-03.2012.5.04.0702	Penhora	26.11.2015	28.03.2016	<b>123</b>
0000675-67.2014.5.04.0702	Penhora	28.01.2016	30.05.2016	<b>123</b>
0000875-79.2011.5.04.0702	Citação	14.05.2015	11.09.2015	<b>120</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0001107-23.2013.5.04.0702	Penhora	30.04.2015	28.08.2015	<b>120</b>
0000596-96.2011.5.04.0701	Notificação	07.04.2016	05.08.2016	<b>120</b>
0000235-79.2011.5.04.0701	Penhora	10.11.2015	09.03.2016	<b>120</b>
0000242-97.2013.5.04.0702	Penhora	05.11.2015	02.03.2016	<b>118</b>
0000598-58.2014.5.04.0702	Penhora	26.11.2015	23.03.2016	<b>118</b>
0000323-20.2011.5.04.0701	Outros	18.11.2014	13.03.2015	<b>115</b>
0038000-60.2006.5.04.0701	Outros	26.08.2015	18.12.2015	<b>114</b>
0000571-83.2011.5.04.0701	Penhora	15.12.2015	07.04.2016	<b>114</b>
0000175-04.2014.5.04.0701	Penhora	10.03.2016	01.07.2016	<b>113</b>
0000917-97.2012.5.04.0701	Penhora	15.12.2015	06.04.2016	<b>113</b>
0000771-85.2014.5.04.0701	Penhora	23.06.2016	14.10.2016	<b>113</b>
0000272-69.2012.5.04.0702	Penhora	23.04.2015	13.08.2015	<b>112</b>
0000805-94.2013.5.04.0701	Penhora	17.11.2015	08.03.2016	<b>112</b>
0000603-25.2010.5.04.0701	Penhora	07.05.2015	26.08.2015	<b>111</b>
0001216-74.2012.5.04.0701	Penhora	22.07.2015	10.11.2015	<b>111</b>
0059300-25.1999.5.04.0701	Penhora	24.11.2015	14.03.2016	<b>111</b>
0001297-20.2012.5.04.0702	Citação	27.10.2015	15.02.2016	<b>111</b>
0001297-20.2012.5.04.0702	Citação	27.10.2015	15.02.2016	<b>111</b>
0000596-96.2011.5.04.0701	Penhora	15.05.2015	01.09.2015	<b>109</b>
0001182-33.2011.5.04.0702	Notificação	20.10.2015	05.02.2016	<b>108</b>
0001078-39.2014.5.04.0701	Penhora	10.11.2015	23.02.2016	<b>105</b>
0000308-14.2012.5.04.0702	Penhora	18.12.2015	01.04.2016	<b>105</b>
0001397-09.2011.5.04.0702	Citação	07.04.2016	20.07.2016	<b>104</b>
0000237-41.2014.5.04.0702	Penhora	26.01.2016	08.05.2016	<b>103</b>
0001177-74.2012.5.04.0702	Penhora	03.12.2015	14.03.2016	<b>102</b>
0000990-98.2014.5.04.0701	Notificação	07.07.2016	17.10.2016	<b>102</b>
0000990-98.2014.5.04.0701	Notificação	07.07.2016	17.10.2016	<b>102</b>
0000150-90.2011.5.04.0702	Penhora	23.02.2016	03.06.2016	<b>101</b>
0071900-80.1996.5.04.0702	Citação	26.04.2016	05.08.2016	<b>101</b>
0071900-80.1996.5.04.0702	Citação	26.04.2016	05.08.2016	<b>101</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.12.2016)



<b>Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos – PJe)</b>				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020019-97.2015.5.04.0702	Mandado	07.12.2015	31.08.2016	<b>268</b>
0021292-17.2015.5.04.0701	Mandado	05.02.2016	01.09.2016	<b>209</b>
0021264-49.2015.5.04.0701	Mandado	02.03.2016	16.08.2016	<b>167</b>
0020080-92.2014.5.04.0701	Mandado	29.01.2016	11.07.2016	<b>164</b>
0020454-71.2015.5.04.0702	Mandado	14.03.2016	15.08.2016	<b>154</b>
0020083-44.2014.5.04.0702	Mandado	25.01.2016	22.06.2016	<b>149</b>
0020505-82.2015.5.04.0702	Mandado	25.05.2015	16.10.2015	<b>144</b>
0020547-34.2015.5.04.0702	Mandado	06.11.2015	22.03.2016	<b>137</b>
0020019-97.2015.5.04.0702	Mandado	03.07.2015	16.11.2015	<b>136</b>
0021213-35.2015.5.04.0702	Notificação	22.10.2015	04.03.2016	<b>134</b>
0020042-12.2016.5.04.0701	Mandado	08.03.2016	20.07.2016	<b>134</b>
0020473-77.2015.5.04.0702	Notificação	26.01.2016	02.06.2016	<b>128</b>
0021189-07.2015.5.04.0702	Mandado	19.10.2015	23.02.2016	<b>127</b>
0020148-08.2015.5.04.0701	Mandado	22.05.2015	25.09.2015	<b>126</b>
0021360-61.2015.5.04.0702	Notificação	16.02.2016	20.06.2016	<b>125</b>
0020573-32.2015.5.04.0702	Notificação	28.01.2016	30.05.2016	<b>123</b>
0021182-18.2015.5.04.0701	Mandado	03.02.2016	31.05.2016	<b>118</b>
0020356-55.2016.5.04.0701	Mandado	09.06.2016	05.10.2016	<b>118</b>
0020168-30.2014.5.04.0702	Mandado	12.02.2016	07.06.2016	<b>116</b>
0021340-70.2015.5.04.0702	Notificação	15.12.2015	08.04.2016	<b>115</b>
0020694-26.2016.5.04.0702	Mandado	07.06.2016	29.09.2016	<b>114</b>
0020893-85.2015.5.04.0701	Mandado	08.07.2016	28.10.2016	<b>112</b>
0020893-85.2015.5.04.0701	Mandado	08.07.2016	28.10.2016	<b>112</b>
0021487-02.2015.5.04.0701	Mandado	03.03.2016	22.06.2016	<b>111</b>
0021361-46.2015.5.04.0702	Notificação	03.05.2016	22.08.2016	<b>111</b>
0021204-76.2015.5.04.0701	Mandado	13.05.2016	01.09.2016	<b>111</b>
0021204-76.2015.5.04.0701	Mandado	13.05.2016	01.09.2016	<b>111</b>
0021234-11.2015.5.04.0702	Mandado	10.06.2016	29.09.2016	<b>111</b>
0020011-89.2016.5.04.0701	Mandado	10.03.2016	28.06.2016	<b>110</b>
0020694-63.2015.5.04.0701	Mandado	07.07.2016	24.10.2016	<b>109</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0021051-43.2015.5.04.0701	Mandado	25.01.2016	12.05.2016	<b>108</b>
0021051-43.2015.5.04.0701	Mandado	25.01.2016	12.05.2016	<b>108</b>
0021051-43.2015.5.04.0701	Mandado	25.01.2016	12.05.2016	<b>108</b>
0020630-53.2015.5.04.0701	Notificação	14.12.2015	30.03.2016	<b>107</b>
0020382-84.2015.5.04.0702	Mandado	20.04.2015	05.08.2015	<b>107</b>
0021216-90.2015.5.04.0701	Mandado	09.06.2016	23.09.2016	<b>106</b>
0021254-05.2015.5.04.0701	Mandado	01.03.2016	14.06.2016	<b>105</b>
0021106-91.2015.5.04.0701	Mandado	05.07.2016	18.10.2016	<b>105</b>
0020634-90.2015.5.04.0701	Mandado	05.07.2016	17.10.2016	<b>104</b>
0020742-85.2016.5.04.0701	Mandado	05.07.2016	17.10.2016	<b>104</b>
0020001-16.2014.5.04.0701	Mandado	23.04.2015	05.08.2015	<b>104</b>
0021269-68.2015.5.04.0702	Mandado	10.12.2015	22.03.2016	<b>103</b>
0021415-15.2015.5.04.0701	Mandado	07.07.2016	18.10.2016	<b>103</b>
0021267-98.2015.5.04.0702	Mandado	06.11.2015	16.02.2016	<b>102</b>
0020168-30.2014.5.04.0702	Mandado	07.07.2016	17.10.2016	<b>102</b>
0021278-33.2015.5.04.0701	Notificação	23.02.2016	03.06.2016	<b>101</b>
0020057-12.2015.5.04.0702	Notificação	11.02.2015	22.05.2015	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.12.2016)

#### 4.3.5 Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado

Em consulta ao sistema informatizado inFOR, realizada no dia 02.02.2016, foi constatada a existência de 32 mandados pendentes de devolução nos processos físicos cujo limite legal para sua devolução já foi ultrapassado.

<b>Mandados em aberto no sistema - PROCESSOS FÍSICOS</b>					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0091000-98.2008.5.04.0702	22.02.2016	Penhora	Júlio	<b>283</b>
2	0001451-75.2011.5.04.0701	23.06.2016	Penhora	Júlio	<b>161</b>
3	0000699-37.2010.5.04.0702	30.06.2016	Penhora	Júlio	<b>154</b>
4	0068400-64.2000.5.04.0702	30.06.2016	Penhora	Júlio	<b>154</b>
5	0000588-17.2014.5.04.0701	22.07.2016	Outros	Marchetti	<b>132</b>
6	0001207-75.2013.5.04.0702	28.07.2016	Penhora	Júlio	<b>126</b>
7	0083700-08.1996.5.04.0702	28.07.2016	Penhora	Júlio	<b>126</b>
8	0001215-23.2011.5.04.0702	09.08.2016	Penhora	Júlio	<b>114</b>
9	0000677-08.2012.5.04.0702	18.08.2016	Penhora	Marchetti	<b>105</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

10	0179400-25.2007.5.04.0702	18.08.2016	Outros	Marchetti	<b>105</b>
11	0000627-79.2012.5.04.0702	18.08.2016	Penhora	Marchetti	<b>105</b>
12	0001051-27.2012.5.04.0701	30.08.2016	Penhora	Júlio	<b>93</b>
13	0018600-65.2003.5.04.0701	30.08.2016	Penhora	Júlio	<b>93</b>
14	0000219-57.2013.5.04.0701	30.08.2016	Penhora	Júlio	<b>93</b>
15	0000464-02.2012.5.04.0702	01.09.2016	Outros	Júlio	<b>91</b>
16	0000466-06.2011.5.04.0702	01.09.2016	Penhora	Júlio	<b>91</b>
17	0000496-70.2013.5.04.0702	01.09.2016	Penhora	Júlio	<b>91</b>
18	0001437-57.2012.5.04.0701	06.09.2016	Penhora	Marchetti	<b>86</b>
19	0031900-21.2008.5.04.0701	06.09.2016	Penhora	Dalmolin	<b>86</b>
20	0098100-54.2001.5.04.0701	06.09.2016	Penhora	Júlio	<b>86</b>
21	0091000-98.2008.5.04.0702	22.09.2016	Penhora	Marchetti	<b>70</b>
22	0000005-92.2015.5.04.0702	29.09.2016	Penhora	Dalmolin	<b>63</b>
23	0000773-55.2014.5.04.0701	06.10.2016	Penhora	Marchetti	<b>56</b>
24	0000602-95.2014.5.04.0702	11.10.2016	Notificação	Júlio	<b>51</b>
25	0000787-07.2012.5.04.0702	20.10.2016	Notificação	Júlio	<b>42</b>
26	0000322-61.2013.5.04.0702	20.10.2016	Citação	Júlio	<b>42</b>
27	0000655-76.2014.5.04.0702	20.10.2016	Citação	Júlio	<b>42</b>
28	0000320-91.2013.5.04.0702	27.10.2016	Penhora	Júlio	<b>35</b>
29	0000511-05.2014.5.04.0702	27.10.2016	Penhora	Júlio	<b>35</b>
30	0001152-90.2014.5.04.0702	27.10.2016	Penhora	Dalmolin	<b>35</b>
31	0001136-39.2014.5.04.0702	27.10.2016	Citação	Júlio	<b>35</b>
32	0000648-84.2014.5.04.0702	27.10.2016	Citação	Júlio	<b>35</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.12.2016)

Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 01.12.2016, apresentava 105 mandados sem registro de cumprimento no prazo.

<b>Mandados em aberto no sistema - PROCESSOS ELETRÔNICOS – PJe-JT</b>					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0020183-02.2014.5.04.0701	09.06.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>175</b>
2	0020656-17.2016.5.04.0701	05.07.2016	Mandado	Patricio Marchetti	<b>149</b>
3	0021139-81.2015.5.04.0701	05.07.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>149</b>
4	0020098-16.2014.5.04.0701	05.07.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>149</b>
5	0020333-09.2016.5.04.0702	26.07.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>128</b>
6	0020673-53.2016.5.04.0701	05.08.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>118</b>
7	0021241-46.2015.5.04.0332	08.08.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>115</b>
8	0021011-24.2016.5.04.0702	16.08.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>107</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

9	0020845-89.2016.5.04.0702	18.08.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>105</b>
10	0021060-02.2015.5.04.0702	24.08.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>99</b>
11	0021077-04.2016.5.04.0702	31.08.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>92</b>
12	0021077-04.2016.5.04.0702	31.08.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>92</b>
13	0020332-61.2015.5.04.0701	06.09.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>86</b>
14	0020702-03.2016.5.04.0702	06.09.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>86</b>
15	0020863-13.2016.5.04.0702	14.09.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>78</b>
16	0021133-40.2016.5.04.0701	14.09.2016	Mandado	Patricio Marchetti	<b>78</b>
17	0021103-02.2016.5.04.0702	15.09.2016	Notificação	Patricio Marchetti	<b>77</b>
18	0021161-05.2016.5.04.0702	16.09.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>76</b>
19	0020955-88.2016.5.04.0702	19.09.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>73</b>
20	0020873-57.2016.5.04.0702	21.09.2016	Notificação	Celso Luiz Dalmolin	<b>71</b>
21	0021156-80.2016.5.04.0702	21.09.2016	Notificação	Celso Luiz Dalmolin	<b>71</b>
22	0020189-69.2015.5.04.0702	22.09.2016	Mandado	Celso Luiz Dalmolin	<b>70</b>
23	0020181-58.2016.5.04.0702	23.09.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>69</b>
24	0020935-97.2016.5.04.0702	29.09.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>63</b>
25	0020677-87.2016.5.04.0702	03.10.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>59</b>
26	0021249-77.2015.5.04.0702	05.10.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>57</b>
27	0020686-26.2015.5.04.0721	05.10.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>57</b>
28	0021157-65.2016.5.04.0702	07.10.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>55</b>
29	0021017-31.2016.5.04.0702	07.10.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>55</b>
30	0020672-02.2015.5.04.0702	10.10.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>52</b>
31	0021070-12.2016.5.04.0702	11.10.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>51</b>
32	0021100-47.2016.5.04.0702	13.10.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>49</b>
33	0021259-87.2016.5.04.0702	14.10.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>48</b>
34	0020118-70.2015.5.04.0701	17.10.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>45</b>
35	0021161-08.2016.5.04.0701	17.10.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>45</b>
36	0021210-49.2016.5.04.0701	17.10.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>45</b>
37	0021223-45.2016.5.04.0702	18.10.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>44</b>
38	0020129-43.2014.5.04.0731	19.10.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>43</b>
39	0021234-77.2016.5.04.0701	19.10.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>43</b>
40	0020873-48.2016.5.04.0123	24.10.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>38</b>
41	0021192-59.2015.5.04.0702	24.10.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>38</b>
42	0020687-71.2015.5.04.0701	25.10.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>37</b>
43	0021250-28.2016.5.04.0702	26.10.2016	Mandado	Celso Luiz Dalmolin	<b>36</b>
44	0021169-79.2016.5.04.0702	27.10.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>35</b>
45	0020291-60.2016.5.04.0701	27.10.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>35</b>
46	0021225-15.2016.5.04.0702	27.10.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>35</b>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

47	0020411-37.2015.5.04.0702	27.10.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>35</b>
48	0021190-55.2016.5.04.0702	28.10.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>34</b>
49	0020637-11.2016.5.04.0701	03.11.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>28</b>
50	0021242-51.2016.5.04.0702	03.11.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>28</b>
51	0021283-21.2016.5.04.0701	03.11.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>28</b>
52	0021217-38.2016.5.04.0702	03.11.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>28</b>
53	0021297-02.2016.5.04.0702	03.11.2016	Mandado	Patricio Marchetti	<b>28</b>
54	0021347-62.2015.5.04.0702	04.11.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>27</b>
55	0021307-46.2016.5.04.0702	04.11.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>27</b>
56	0021055-43.2016.5.04.0702	04.11.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>27</b>
57	0020207-90.2015.5.04.0702	07.11.2016	Mandado	Patricio Marchetti	<b>24</b>
58	0021444-62.2015.5.04.0702	07.11.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>24</b>
59	0020440-53.2016.5.04.0702	08.11.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>23</b>
60	0020706-43.2016.5.04.0701	08.11.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>23</b>
61	0020918-64.2016.5.04.0701	08.11.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>23</b>
62	0020607-73.2016.5.04.0701	08.11.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>23</b>
63	0021162-45.2016.5.04.0231	08.11.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>23</b>
64	0020113-51.2015.5.04.0021	09.11.2016	Mandado	Patricio Marchetti	<b>22</b>
65	0020070-77.2016.5.04.0701	09.11.2016	Notificação	Celso Luiz Dalmolin	<b>22</b>
66	0020640-94.2015.5.04.0702	09.11.2016	Mandado	Patricio Marchetti	<b>22</b>
67	0020533-47.2016.5.04.0821	10.11.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>21</b>
68	0021361-12.2016.5.04.0702	10.11.2016	Notificação	Celso Luiz Dalmolin	<b>21</b>
69	0020452-67.2016.5.04.0702	10.11.2016	Notificação	Patricio Marchetti	<b>21</b>
70	0021315-23.2016.5.04.0702	11.11.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>20</b>
71	0021239-96.2016.5.04.0702	11.11.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>20</b>
72	0021220-27.2015.5.04.0702	11.11.2016	Mandado	Patricio Marchetti	<b>20</b>
73	0021393-51.2015.5.04.0702	11.11.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>20</b>
74	0020678-72.2016.5.04.0702	11.11.2016	Mandado	Patricio Marchetti	<b>20</b>
75	0021369-86.2016.5.04.0702	11.11.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>20</b>
76	0021015-95.2015.5.04.0702	11.11.2016	Mandado	Celso Luiz Dalmolin	<b>20</b>
77	0021353-35.2016.5.04.0702	11.11.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>20</b>
78	0021353-35.2016.5.04.0702	11.11.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>20</b>
79	0020360-92.2016.5.04.0701	11.11.2016	Notificação	Patricio Marchetti	<b>20</b>
80	0021371-59.2016.5.04.0701	11.11.2016	Mandado	Patricio Marchetti	<b>20</b>
81	0020553-54.2016.5.04.0751	14.11.2016	Notificação	Patricio Marchetti	<b>17</b>
82	0021053-76.2016.5.04.0701	14.11.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	<b>17</b>
83	0021339-54.2016.5.04.0701	14.11.2016	Mandado	Patricio Marchetti	<b>17</b>
84	0021338-69.2016.5.04.0701	14.11.2016	Mandado	Patricio Marchetti	<b>17</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

85	0020048-19.2016.5.04.0701	14.11.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	17
86	0021285-88.2016.5.04.0701	14.11.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	17
87	0021426-44.2015.5.04.0701	15.11.2016	Notificação	Patricio Marchetti	16
88	0021379-33.2016.5.04.0702	16.11.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	15
89	0021298-84.2016.5.04.0702	16.11.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	15
90	0020356-55.2016.5.04.0701	16.11.2016	Mandado	Patricio Marchetti	15
91	0021371-56.2016.5.04.0702	17.11.2016	Notificação	Celso Luiz Dalmolin	14
92	0021371-56.2016.5.04.0702	17.11.2016	Notificação	Celso Luiz Dalmolin	14
93	0020285-50.2016.5.04.0702	17.11.2016	Notificação	Celso Luiz Dalmolin	14
94	0020285-50.2016.5.04.0702	17.11.2016	Notificação	Celso Luiz Dalmolin	14
95	0021370-71.2016.5.04.0702	17.11.2016	Notificação	Patricio Marchetti	14
96	0020513-25.2016.5.04.0702	17.11.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	14
97	0021361-15.2016.5.04.0701	17.11.2016	Mandado	Patricio Marchetti	14
98	0021383-73.2016.5.04.0701	17.11.2016	Mandado	Patricio Marchetti	14
99	0020323-96.2015.5.04.0702	18.11.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	13
100	0021080-56.2016.5.04.0702	18.11.2016	Notificação	Julio Cesar Gottfried Freitas	13
101	0020212-81.2016.5.04.0701	18.11.2016	Mandado	Elis Regina Marques Flores	13
102	0020829-72.2015.5.04.0702	21.11.2016	Mandado	Julio Cesar Gottfried Freitas	10
103	0021153-28.2016.5.04.0702	21.11.2016	Mandado	Patricio Marchetti	10
104	0020802-55.2016.5.04.0702	21.11.2016	Mandado	Patricio Marchetti	10
105	0020067-90.2014.5.04.0702	21.11.2016	Mandado	Celso Luiz Dalmolin	10

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.12.2016)

#### 4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Santa Maria.

Celso Luiz Dalmolin						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até outubro)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	08	08	03	03	14	14
<b>Citação</b>	50	51	19	18	26	26
<b>Condução de Testemunha</b>	06	06	00	00	02	02
<b>Notificação</b>	395	402	116	117	87	84



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Penhora</b>	117	118	79	71	109	114
<b>Outros</b>	48	47	21	22	35	33
<b>Total</b>	<b>624</b>	<b>632</b>	<b>238</b>	<b>231</b>	<b>273</b>	<b>273</b>
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até outubro)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	20	13	139	138	414	418
<b>Mandado</b>	13	03	61	70	146	144
<b>Ofício</b>	00	00	04	04	09	09
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>16</b>	<b>204</b>	<b>212</b>	<b>569</b>	<b>571</b>

<b>Júlio César Gottfried Freitas</b>						
<b>INFOR</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até outubro)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	13	13	07	07	21	18
<b>Citação</b>	73	73	23	23	60	55
<b>Condução de Testemunha</b>	04	04	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	221	230	155	154	131	119
<b>Penhora</b>	138	140	72	55	76	75
<b>Outros</b>	43	46	37	31	19	24
<b>Total</b>	<b>492</b>	<b>506</b>	<b>294</b>	<b>270</b>	<b>307</b>	<b>291</b>
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até outubro)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	20	16	160	149	296	276
<b>Mandado</b>	04	00	37	34	189	148
<b>Ofício</b>	00	00	04	03	07	06



<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>16</b>	<b>201</b>	<b>186</b>	<b>492</b>	<b>430</b>
--------------	-----------	-----------	------------	------------	------------	------------

<b>Patricio Marchetti</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até outubro)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	17	17	14	14	06	06
<b>Citação</b>	48	52	11	11	34	34
<b>Condução de Testemunha</b>	01	01	01	01	00	00
<b>Notificação</b>	240	242	187	187	81	79
<b>Penhora</b>	109	109	45	46	77	70
<b>Outros</b>	34	34	15	15	22	19
<b>Total</b>	<b>449</b>	<b>455</b>	<b>273</b>	<b>274</b>	<b>220</b>	<b>208</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até outubro)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	17	16	124	118	360	367
<b>Mandado</b>	08	08	33	33	163	159
<b>Ofício</b>	00	00	03	03	06	06
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>160</b>	<b>154</b>	<b>529</b>	<b>532</b>

## **5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM**

A unidade está organizada. As instalações físicas estão adequadas e atendem às necessidades da unidade.

O cadastro unificado das reclamadas e o cadastro de endereços de advogados representam 99,99% e 99,97%, respectivamente, do cadastro no Foro de Santa Maria. Os percentuais alcançados demonstram o cuidado e o comprometimento da Coordenadora e dos demais servidores com as atividades desenvolvidas. Quanto à Central de Mandados, constata-se que houve variação do número de mandados expedidos no período de 01.01.2014 a 30.10.2016; de 3.944 em 2014, 2.397 em 2015 e de 2.898 nos 10 primeiros meses de 2016. Considerando o expressivo número de mandados expedidos, mostra-se razoável o prazo médio para cumprimento dos mandados. Os oficiais de justiça, quando não cumprem os mandados no prazo legal, realizam-no, no mais das vezes, em prazo razoável. De



observar, entretanto, que o Oficial Julio Cesar Gottfried Freitas apresenta um prazo médio bem ao dos demais.

A Coordenadora salientou que, embora alguns mandados tenham extrapolado o prazo legal, boa parte são mandados de penhora com grau de dificuldade maior ou que estão aguardando outras diligências. Além disso, houve um aumento expressivo de notificações urgentes em decorrência do adiamento de audiências. Os oficiais de justiça informaram que recebem mandado de penhora genérico e que necessitam expedir e-mail para o Cartório de Registro de Imóveis local, para solicitar a informação acerca da existência de imóvel em nome da executada na cidade, fato que contribui para aumentar o prazo de cumprimento, pois o Cartório demora cerca de 10 dias para dar a resposta. Registra-se, por oportuno, que as Varas deveriam utilizar os convênios, inclusive o CNIB, pois contempla o Cadastro Nacional de Imóveis, aspecto que pode dar maior celeridade na execução. Outro aspecto abordado foi sobre os mandados de penhora que não são individualizados, especialmente aqueles expedidos pela 1ª Vara do Trabalho, a exemplo do processo 0000798.39-2012.5.04.0701, uma vez que inviabiliza o trabalho dos oficiais de justiça, que executam suas atividades por setores.

Por fim, constata-se, de modo geral, uma equipe com postura engajada e comprometida no desempenho das atividades para uma efetiva prestação jurisdicional.

## **6 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.2.1 e 3.2.2 (Unificação de dados cadastrais de reclamadas e advogados)**

Determina-se a observância do artigo 41, §§ 3º e 4º, da CPCR, no sentido de intensificar o procedimento de unificação dos dados cadastrais de reclamadas e advogados.

### **ITEM 3.6 (Livro carga de advogados)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

### **ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

## **7 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Coordenadora e os demais servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Santa Maria no dia 09.12.2016, das 10h às 11h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e



de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceram advogados representantes da OAB local.

## **8 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Coordenadora deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* [assjcor@trt4.jus.br](mailto:assjcor@trt4.jus.br)) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **9 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Coordenadora Elis Regina Marques Flores e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Maria da Graça Ribeiro Centeno**  
**Corregedora Regional**